

A INSCRIÇÃO DAS FORMAS ECONÔMICAS NO CASO IURD EM ANGOLA

12

João Baptista Manuel
UFPR, Curitiba-PR, Brasil

Palavras-chave: Ala brasileira e angolana; Angolanidade; Neoliberalismo religioso.

Introdução

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), instituição religiosa brasileira estabelecida em Angola desde 1992, mergulhou, a partir de 2019, em um conflito institucional que culminou na sua divisão em duas alas distintas: a que preferimos chamar de ala brasileira e ala angolana. A disputa extrapolou rapidamente o âmbito eclesiástico, mobilizando agentes religiosos, órgãos do Estado, meios de comunicação e a opinião pública em torno da legitimidade do controle da instituição e de seu patrimônio material e simbólico.

O conflito bicéfalo da IURD em Angola expõe a contradição estrutural intrínseca a essa simbiose entre fé e mercado: ao adotar radicalmente a racionalidade neoliberal do lucro e a formatação corporativa de enclave. Portanto, a transnacionalização religiosa entra em rota de colisão frontal com o tecido social, o Estado nacional e a agência política de suas bases locais. A redução do fiel e do clero angolano a “moedas de rentabilidade” gerou um ambiente de esvaziamento de sentido simbólico e violência institucional que acabou por gerar o seu próprio oposto: a insurgência e a eclosão de uma resistência religiosa contraneoliberal.

¹Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026). O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

² Esse trabalho é fruto da minha dissertação de mestrado intitulada: *Dos cultos aos tribunais: o caso IURD em Angola 2019-2024, uma análise de como e porque o conflito religioso ganhou proporções jurídicas e internacionais*, que contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

É nesse contexto que se insere a nossa questão: de que maneira o conflito institucional e a subsequente cisão da IURD em Angola revelam as tensões entre as lógicas corporativas de uma organização religiosa transnacional inserida na dinâmica neoliberal global e as estratégias locais de resistência, reapropriação do sagrado? Parte-se da hipótese de que a gestão da IURD em Angola, sob a liderança brasileira, estruturou-se segundo uma racionalidade organizacional próxima à lógica empresarial neoliberal (enclave) caracterizada pela centralização administrativa, pela circulação transnacional de recursos e pela mercantilização da experiência religiosa.

Dessa forma, tendemos a analisar este conflito institucional como um estudo de caso das interseções entre religião, globalização neoliberal e fluxos transnacionais de capital. Com o apoio teórico de Max Weber (2004), James Ferguson (2006), Paul Seabright (2024), Marcelo Côrtes Neri (2007), busca-se identificar os mecanismos econômicos e organizacionais que caracterizam a atuação da liderança brasileira da IURD em Angola, examinar as narrativas de legitimação e contestação produzidas pelas alas brasileira e angolana no espaço público.

Este texto é fruto da minha dissertação de mestrado que, metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa fundamentada no estudo de caso do conflito da IURD em Angola entre 2019 e 2022. O trabalho articula a Análise Crítica do Discurso às contribuições da economia política da religião e das teorias pós-coloniais, mobilizando categorias como teologia da prosperidade, fluxos globais de capital, angolanidade, nativismo e colonialidade do poder. O corpus empírico é constituído por documentos institucionais, legislação pertinente, o Manifesto Pastoral de 28 de novembro de 2019, reportagens jornalísticas, documentários, conteúdos audiovisuais e publicações em mídias sociais relacionadas ao conflito.

O esquadramento deste estudo de caso ajusta-se às provocações intelectuais delineadas pelo GT 059 — *Economias do Sagrado*. A ementa do GT adverte que, embora os debates contemporâneos sobre neoliberalismo e religião recaiam majoritariamente sobre os pentecostalismos, faz-se urgente investigar como as práticas religiosas interagem com as lógicas neoliberais e como o sagrado é incorporado a novas performances e registros de valor.

Portanto, ao examinar esse episódio, o texto busca contribuir para a compreensão das transformações contemporâneas do neopentecostalismo transnacional e das formas pelas

quais disputas em torno da religião se articulam a questões de poder, identidade nacional, economia moral e processos de descolonização no contexto africano contemporâneo.

O caso IURD em Angola: breve história, dinâmicas e desfecho do conflito (2019–2024)

Para fundamentar empiricamente a discussão sobre as economias do sagrado e as resistências às lógicas neoliberais em África, faz-se indispensável traçar o panorama histórico do conflito institucional que fragmentou a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Angola. O que se desenhou publicamente como uma disputa eclesiástica revelou-se, sob o escrutínio analítico, uma complexa fratura geopolítica, econômica e biopolítica entre o centro transnacional (a Ala brasileira, liderada por bispo Alberto Segunda) e a periferia nacional (a Ala angolana, ou os reformistas liderados por Bispo Luís Bezerra). As duas alas eram compostas por angolanos. O que os diferenciava eram as questões em pauta. A ala angolana defendia a ruptura total com Edir Macedo, ou seja, relação com o Brasil. A ala brasileira defendia a autonomia da igreja, que passasse a ser dirigida pelos angolanos, mas sempre mantendo a relação com Edir Macedo. Em suma, ambas defendiam a autonomia dos angolanos sobre a Igreja, mas a ligação ao Brasil é que estava em disputa (Manuel, 2025; Disideri, 2021).

Conquanto as tensões administrativas e raciais no seio da instituição se acumulassem ao longo de décadas de atuação da IURD em território angolano, o marco inicial e a ruptura pública do conflito ocorreram a 28 de novembro de 2019. Nesta data, um grupo dissidente composto por cerca de 330 bispos e pastores angolanos (autodeclarados reformistas, liderados inicialmente por figuras como o Bispo Bezerra Luís e Felner Batalha) tornou público um Manifesto Pastoral de ruptura com a liderança brasileira, então encabeçada no país pelo Bispo Honorilton Gonçalves. A eclosão do conflito materializou-se na tomada física e simultânea de dezenas de templos e catedrais por todo o país pelos pastores reformistas nativos, que destituíram os missionários brasileiros da gestão local. A partir deste momento, a IURD em Angola mergulhou num período bicéfalo, cindida em duas alas que passaram a disputar a legitimidade jurídica, espiritual e patrimonial perante a sociedade e o Estado angolano (Jornal de Angola, 2019a; IURD Angola, 2019).

O conflito estruturou-se em torno de graves denúncias que expuseram a racionalidade corporativa e extrativista com que a liderança brasileira geria a filial angolana. Os

principais pontos de fricção podem ser sintetizados em três eixos: a) Evidências de Dilapidação Econômica e Evasão Fiscal: os reformistas angolanos, com posterior eco na cobertura mediática de programas de investigação como o Na Lente, denunciaram um esquema massivo de branqueamento de capitais e fuga ilegal de divisas. Arrecadações milionárias provenientes da campanha da Fogueira Santa (estimadas em dezenas de milhões de dólares) eram recolhidas em sacos de dinheiro e ilegalmente expatriadas em malas de viagem ou circuitos bancários simulados rumo à Europa e ao Brasil, sem qualquer tributação ou reinvestimento social em Angola.

A Violência Biopolítica, b) A Imposição da Vasectomia: Um dos pontos de maior impacto moral e humano foi a denúncia de que a gerência brasileira impunha de forma compulsória a esterilização cirúrgica (vasectomia) aos pastores angolanos como pré-requisito para a ascensão eclesiástica ou manutenção nos cargos. O nascimento de filhos era tratado pela corporação como um “custo operacional” indesejado (despesas com saúde, educação e habitação familiar), violando os direitos reprodutivos dos pastores e chocando a matriz cultural e familiar angolana. c) Racismo Institucional: Os reformistas denunciaram a existência de uma hierarquia rígida assentada em discriminações raciais e de nacionalidade. Embora os angolanos constituíssem a maioria esmagadora da força de trabalho mística e os principais responsáveis pela expansão da igreja, eram preteridos nos cargos de alta decisão, recebiam subsídios substancialmente inferiores aos dos missionários brasileiros e eram alienados da gestão do vasto patrimônio imobiliário construído com o dízimo local (Merlino, 2021; Desideri, 2021; Jornal de Angola, 2019b, TPA, 2020).

Entre 2020 e 2022, o litígio ultrapassou os muros dos templos e ganhou contornos de uma crise diplomática internacional. Sentindo a perda do controle financeiro, o centro fundacional no Brasil mobilizou a sua imensa influência política. O líder máximo, Edir Macedo, pressionou diretamente o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que chegou a enviar cartas ao homólogo angolano, João Lourenço, e a acionar diplomatas para intercederem a favor da ala brasileira, classificando os reformistas angolanos como invasores “xenófobos”. Contudo, a ala angolana foi bem-sucedida ao blindar a sua revolta sob a égide da “Angolanidade”, da descolonização religiosa e da defesa da soberania econômica nacional. O sistema de justiça de Angola abriu processos-crime contra os líderes brasileiros. Em 2022, o Tribunal Provincial de Luanda condenou pastores da liderança brasileira por crimes de branqueamento de capitais e associação criminosa, resultando na posterior expulsão e deportação de dezenas de missionários brasileiros

(incluindo o Bispo Honorilton Gonçalves) do solo angolano (ANGOP, 2021a; Brasil de fato, 2022, Jornal de Angola, 2021; Coletta, 2021).

O desfecho provisório do conflito deu-se pela via administrativa e estatal, selando a vitória política do movimento de resistência local. Após anos de mediação, auditorias e validações judiciais das assembleias gerais realizadas pelos reformistas, o governo de Angola — por meio do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente — emitiu despachos oficiais que conferiram a legitimidade jurídica exclusiva à direção angolana, sob a liderança do Bispo Valente Bezerra Luís. A marca institucional, alguns templos e contas bancárias foram legalmente transferidos para o controle da nova liderança nacional angolana, cessando definitivamente a subordinação administrativa e o escoamento financeiro em direção ao Brasil. Embora a ala remanescente fiel a Edir Macedo tenha conseguido retomar o controle da igreja e reagrupar-se sob outra denominação — Igreja do Reino de Deus em Angola (IRDA). Podemos afirmar que o conflito histórico da IURD encerrou-se formalmente com a completa “angolanização” da instituição. Este epílogo consolidou o caso como um dos mais emblemáticos exemplos contemporâneos de como a afirmação identitária e territorializada do hemisfério sul pôde constranger, desarticular e derrotar um enclave econômico de fé gerido por uma corporação transnacional neoliberal (Manuel, 2025).

O Sagrado, o Capitalismo e as Lógicas Neoliberais

A compreensão das fraturas institucionais e econômicas que culminaram na cisão dessa Igreja em Angola exige um retorno crítico à tese clássica de Max Weber sobre a formação do *espírito* do capitalismo. Na obra seminal *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*, Weber (2004) identificou que a gênese da cultura capitalista ocidental estava ancorada nas bases morais do puritanismo calvinista, cujo ascetismo intramundano transformava o trabalho e a acumulação comedida de capital em sinais de eleição divina. O “tempo como moeda” e a santificação do labor profissional operam como motores da racionalização econômica moderna. No entanto, sob as dinâmicas da globalização neoliberal e do neopentecostalismo, o *éthos* religioso passa por uma mutação estrutural profunda.

Como bem pontua Marcelo Côrtes Neri (2007) ao analisar a evolução das afinidades eletivas contemporâneas, as transformações sociorreligiosas respondem a novas demandas

de adaptabilidade e estilo de vida em um mercado hipercompetitivo. No cenário neopentecostal personificado pela IURD, a ascese e o adiamento do gozo material teorizados por Weber dão lugar à Teologia da Prosperidade. Nesta vertente, o sagrado desliga-se da ética da poupança e acopla-se diretamente às lógicas imediatistas do consumo, do espetáculo e da performance corporativa. A fé é ressignificada como uma tecnologia de inserção econômica e o sacrifício financeiro — materializado em rituais de “sacrifícios” como a *Fogueira Santa* — passa a operar como um investimento de alto retorno, mimetizando os mecanismos de risco e recompensa do mercado de capitais.

Outrossim, para desvelar o potencial analítico da crise da IURD em Angola, torna-se indispensável subsidiar o debate por meio da economia política da religião proposta por Paul Seabright em *The Divine Economy* (2024). Seabright propõe que as organizações religiosas na modernidade tardia funcionam de maneira homóloga a grandes empresas e “modelos de plataforma”, competindo por riqueza, poder e pessoas. Sob essa ótica corporativa, os templos religiosos atuam como filiais comerciais e as lideranças eclesásticas assumem atribuições equivalentes às de gestores executivos (*CEOs*), subordinados a metas estritas de lucratividade e expansão de mercado.

Os dados empíricos emergidos do conflito em Angola validam cabalmente essa categorização econômica. Os relatórios e testemunhos públicos apresentados na mídia e nos tribunais locais, com destaque para as afirmações de Tavares, que explica ter servido na IURD cerca de nove anos, e que durante o seu percurso pastoral nessa Igreja “sentiu na pele a cobrança financeira em dólar imposta por ela aos pastores” (Jornal de Angola, 2018c). E as denúncias detalhadas no programa televisivo *Na Lente* mostram (TPA, 2024) que a gerência brasileira da IURD operava uma engrenagem financeira altamente opaca. E-mails institucionais interceptados demonstraram que campanhas de arrecadação da Fogueira Santa chegavam a extrair quantias astronômicas do campo religioso angolano, gerando receitas mensais estimadas entre USD\$ 17 milhões e USD\$ 22 milhões de dólares somente na colheita de determinados períodos.

Essa vultosa extração econômica, contudo, não se convertia em investimentos estruturais ou sociais internos na sociedade de acolhimento. Em vez disso, conforme apontado pelo manifesto dos pastores reformistas de 28 de novembro de 2019, e os demais membros da ala angolana, o capital arrecadado em moeda estrangeira (majoritariamente dólares americanos) era centralizado em cofres-fortes institucionais e submetido a fluxos globais de evasão de divisas e branqueamento de capitais, sendo ilegalmente escoado para

paraísos fiscais ou filiais da organização na Europa (como Portugal) e na América Latina (Brasil) (Manuel, 2025). Além da exacerbação da lógica extrativista, no caso IURD em Angola, os abusos corporativos de poder em corporações do sagrado foram blindados por densas culturas de secretismo, silêncio e rígida hierarquia. No caso em tela, essa blindagem manifestava-se na total ausência de balanços contábeis acessíveis aos pastores angolanos e na alienação deliberada de mais de 90% do patrimônio imobiliário da igreja no país, edificado com as ofertas dos fiéis locais, sem qualquer prestação de contas.

O Enclave de Poder Econômico e a Mercantilização Neoliberal da Fé

Para além da dinâmica estritamente institucional, a incorporação do sagrado às lógicas neoliberais em Angola reconfigura o próprio território e reproduz assimetrias geopolíticas históricas. Ao acionar os aportes teóricos de James Ferguson (2006) (*Global Shadows*) sobre as dinâmicas do capitalismo global em África, compreende-se que o globalismo neoliberal opera não por fluxos homogêneos, mas através da constituição de “enclaves” privados de extração de riqueza; estruturas espacialmente segregadas que drenam recursos minerais ou financeiros sem articular-se com o desenvolvimento social local.

A atuação da gerência brasileira da IURD em Angola, com base nas queixas dos reformistas, posiciona-se rigorosamente como um enclave de poder econômico e simbólico. Sob a égide centralizadora de Edir Macedo, o comitê diretivo estrangeiro exercia uma soberania financeira e administrativa absoluta sobre o solo nacional angolano. Os pastores e bispos nacionais, conquanto fossem a força motriz responsável pela captação capilar de novos adeptos e pela expansão demográfica da fé neopentecostal nas periferias urbanas angolanas, viam-se sistematicamente submetidos a uma hierarquia institucional rígida. Eram destituídos de poder decisório sobre o destino do capital religioso e relegados a uma condição de subalternidade salarial e de prestígio frente aos seus homólogos brasileiros (Manuel, 2025, IURD ANGOLA, 2019).

Essa mercantilização das relações humanas e eclesiásticas atingiu seu paroxismo na ingerência sobre os corpos e os direitos reprodutivos dos pastores africanos. As denúncias de imposição compulsória da cirurgia de vasectomia aos pastores solteiros ou casados angolanos, acompanhadas de punições e banimentos geográficos para o interior do país àqueles cujas esposas engravidassem (TPA, 2024; Manuel, 2025), traziam a face biopolítica de controle do neoliberalismo religioso. Embora se alegue o contrário, o corpo

do missionário nativo foi inteiramente instrumentalizado como uma engrenagem de produtividade corporativa desimpedida: a eliminação da prole familiar visava mitigar os custos institucionais com habitação, saúde, educação e deslocamento de dependentes, maximizando a margem de lucro e a mobilidade geográfica do agente em prol da acumulação financeira da igreja-empresa.

Desta feita, para qualificar teoricamente a natureza da dominação exercida pela liderança brasileira em território angolano, torna-se fulcral acionar a categoria de “enclave” proposta pelo Ferguson (2006). Ferguson argumenta que o capitalismo neoliberal na África subsariana não se expande mediante redes homogêneas de desenvolvimento, mas mediante enclaves privatizados e fortificados de extração acelerada de riqueza (como os complexos petrolíferos ou de mineração em Angola), que funcionam desconectados do bem-estar e das dinâmicas sociais da população local.

A administração brasileira da IURD em Angola replicou de forma homóloga a lógica do enclave extrativista de Ferguson. Os templos converteram-se em postos avançados de drenagem de liquidez financeira. Conforme documentado nos autos dos processos judiciais angolanos e detalhado nas reportagens de denúncia do programa *Na Lente*, milhões de dólares e bilhões de kwanzas arrecadados junto dos fiéis locais através das campanhas de sacrifício financeiro não eram reinvestidos em projetos de soberania alimentar, educação ou infraestrutura comunitária no país. Em vez disso, essa riqueza era convertida em divisas estrangeiras e ilegalmente expatriada via circuitos bancários e redes de contrabando físico de dinheiro para Portugal, África do Sul e Brasil.

Este “enclavinamento” da IURD-Brasil manifestava-se igualmente na barreira racial e salarial imposta ao clero local. Enquanto a maioria dos pastores angolanos vivia em condições de vulnerabilidade e era submetida a exigências bio-políticas violentas (como a esterilização cirúrgica), o comitê diretivo brasileiro desfrutava de salários de topo, habitações de luxo em condomínios fechados e imunidade administrativa total. O sagrado, destarte, funcionava sob uma economia política colonial: o solo e o corpo africanos forneciam a matéria-prima e o esforço de trabalho místico, ao passo que o centro metropolitano transnacional acumulava o capital financeiro e o prestígio simbólico (Manuel, 2025).

Gramáticas da Angolanidade entre os fluxos globais e as contradições da Transnacionalização Neopentecostal.

A expansão global das instituições religiosas no final do século XX e início do século XXI reconfigurou as fronteiras tradicionais da fé e da geopolítica cultural. Na obra *Transnacionalização Religiosa: Religiões em Movimento*, de Ari Pedro Oro e Donizete Rodrigues (2014). Oro e Rodrigues (2014) analisam as complexas dinâmicas de desterritorialização pelas quais as religiões contemporâneas cruzam oceanos e estabelecem redes globais de influência. No entanto, os autores chamam a atenção para o fato de que esta exportação do sagrado não ocorre num vácuo político: ela exporta também matrizes culturais, estruturas de poder administrativas e assimetrias de representação. O caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Angola constitui um laboratório analítico privilegiado para observar estas fraturas.

Se, por um lado, a IURD se inseriu de forma bem-sucedida em Angola ao capitalizar sobre as fraturas sociais do pós-guerra civil e as promessas de superação material da teologia da prosperidade, por outro lado, estruturou o seu modelo de governança mediante uma reprodução assimétrica de subalternidade. A transnacionalização da igreja operava sob uma lógica racial: o topo das decisões simbólicas e financeiras mantinha-se rigidamente ancorado na liderança brasileira (Edir Macedo), enquanto as lideranças nacionais periféricas funcionavam como meras correias de transmissão de diretrizes e vetores de captação de recursos. A crise institucional deflagrada em novembro de 2019 com o Manifesto Pastoral dos 330 pastores e bispos angolanos expôs o esgotamento deste modelo, revelando que a transnacionalização eclesial neoliberal, ao anular a agência e a dignidade das lideranças locais, gera contradições internas que ameaçam a sua própria sustentabilidade territorial.

Face à violência material e simbólica do enclave corporativo brasileiro, a Ala dissidente angolana operou uma sofisticada contra-ofensiva discursiva fundamentada no conceito político e antropológico de Angolanidade. Como assinalam intelectuais da formação histórica e identitária nacional como Patrício Batsíkama (2013) e Francisco Gaio (2016), a angolanidade não é uma mera categoria demográfica passiva, mas um construto histórico combativo, gestado na resistência ao colonialismo português e enraizado na afirmação de um “substrato cultural comum” que evoca a soberania, a dignidade territorial e a autogestão do povo angolano.

Ao redigirem o Manifesto de 2019, os reformistas liderados pelos bispos angolanos não estruturaram a sua revolta somente como um diferendo laboral ou contabilístico. Eles

ativaram a memória histórica das lutas de libertação nacional. A liderança brasileira foi discursivamente ressignificada como uma força “neocolonizadora”, “racista” e “escravocrata”, acusada de tratar os pastores e crentes africanos com o mesmo desprezo ontológico que os antigos colonizadores do século XIX (Manuel, 2025). O nativismo, definido por Mário Pinto de Andrade (*apud*, Capoco, 2014) como o sentimento de vinculação umbilical e afetiva à terra natal, foi acionado para legitimar a tomada à força dos templos.

A argumentação dos dissidentes baseava-se numa premissa inquestionável no espaço público nacional: se os recursos e os dízimos provêm dos cidadãos angolanos e se as catedrais foram erguidas em solo angolano, a gestão e o usufruto desses bens sagrados devem pertencer soberanamente aos filhos da pátria. A gramática da angolanidade serviu, portanto, como uma poderosa couraça retórica que traduziu a disputa financeira numa causa de segurança nacional e emancipação identitária tardia.

O desfecho do conflito, culminando na transferência legal dos direitos de representação da marca e do patrimônio imobiliário para a Ala angolana após sucessivas decisões judiciais e decretos ministeriais de Luanda, corporiza as formas de resistência religiosa ao neoliberalismo. Este processo de “angolanização” institucional pode ser lido sob a perspectiva da “violência necessária” de Frantz Fanon (1979) em uma rutura institucional e simbólica essencial pela qual o subalternizado destitui o colonizador eclesiástico para reconstruir a sua própria integridade e soberania sobre os bens da sua terra.

A vitória política provisória da Ala angolana demonstra que, embora o capitalismo neoliberal global disponha de recursos transnacionais gigantescos (visto que Edir Macedo chegou a mobilizar o próprio presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e parlamentares da bancada evangélica brasileira para pressionarem diplomaticamente o Estado angolano), as dinâmicas locais possuem mecanismos de fricção e contenção. Os reformistas souberam cruzar as suas reivindicações com a agenda geopolítica do próprio Estado angolano, que sob a liderança de João Lourenço aparentava buscar, afirmar a autoridade das suas instituições judiciais e livrar-se de focos de evasão cambial ilegal num período de crise econômica profunda.

A “angolanização” da IURD constitui, por conseguinte, um marco teórico para as questões da economia do sagrado, ela prova que o sagrado incorporado ao mercado neoliberal globalizado não é um vetor de via única. As comunidades religiosas periféricas, ao articularem raça, nacionalidade e território, podem implodir a lógica corporativa dos

enclaves globais de fé, reterritorializando o mercado do sagrado e forçando as instituições transnacionais a curvarem-se perante as exigências soberanas da identidade local.

Conclusão

A investigação sobre o conflito institucional e a subsequente cisão da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Angola permitiu desvelar as profundas e complexas encruzilhadas onde se encontram o sagrado, as lógicas de mercado transnacionais e as respostas políticas e identitárias locais na era do neoliberalismo global. Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender como um litígio eclesiástico e patrimonial aparentemente circunscrito a uma instituição religiosa se converteu numa contenda jurídica, diplomática e antropológica de escala internacional, cuja chave de leitura reside na fricção entre a racionalidade corporativa exógena e a soberania cultural endógena.

Os dados empíricos e documentais analisados confirmaram a hipótese central desta pesquisa. Sob a gerência da ala brasileira, a IURD operou em solo angolano não somente como um espaço de agremiação espiritual, mas como um autêntico enclave de poder econômico e biopolítico, mimetizando as estruturas extrativistas do capitalismo neoliberal tardio. Através da radicalização da Teologia da Prosperidade, a fé foi convertida numa tecnologia de mercantilização agressiva, capaz de extrair fluxos milionários de liquidez (via campanhas como a *Fogueira Santa*).

Todavia, o principal contributo deste estudo para o escopo Economias do Sagrado reside na demonstração de que a subsunção do religioso às lógicas neoliberais não constitui um processo unidirecional nem isento de falhas catastróficas. A reificação do crente e do clero angolano sob a égide da igreja-empresa gerou contradições internas crônicas que acabaram por gestar a sua própria antítese: o nascimento de uma resistência religiosa contraneoliberal e descolonial. Diante da alienação patrimonial e da subalternidade racializada, a ala dissidente angolana conseguiu articular uma sofisticada contra-ofensiva discursiva baseada na gramática da Angolanidade. Ao ressignificar o comitê brasileiro como um agente neocolonizador e extrativista, os reformistas transferiram com sucesso a disputa do campo meramente teológico para a esfera da soberania territorial, da segurança econômica e da dignidade histórica nacional, angariando a simpatia do espaço público e a chancela regulatória e judicial do Estado angolano.

Por fim, este texto sinaliza que futuras investigações no campo da economia política da religião em África devem continuar a expandir o olhar sobre as dinâmicas institucionais neopentecostais, não somente como meros reflexos da globalização ocidental, mas como palcos de intensas disputas geopolíticas pós-coloniais. A fratura institucional da IURD em Angola não se resume a um mero litígio patrimonial contemporâneo; ela desvela como as assimetrias do capitalismo transnacional utilizam o sagrado para reconfigurar hegemonias globais e como as comunidades locais mobilizam novos discursos para constranger e reterritorializar as práticas econômicas do mercado religioso. Portanto, a “angolanização” da IURD permanecerá como um marco analítico incontornável para compreender que, mesmo num mundo sob o império das lógicas neoliberais e mercantilizadas, o sagrado ainda pode servir como uma trincheira para a afirmação da dignidade, da autonomia e da soberania dos povos do hemisfério sul.

Referências

- ANGOP.** Bispo Bispo Valente Bizzerra Luís Confirmado na Liderança da IURD Angola. Luanda, 13 fev. 2021a. Sociedade. Disponível em: <https://www.angop.ao/noticias/sociedade/bispo-valente-bizzerra-luis-confirmado-na-lideranca-da-iurd-angola/>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- ANGOP.** Embaixador solicita tratamento equilibrado aos brasileiros da IURD ANGOLA. Luanda, 12 abr. 2021b. Política. Disponível em: <https://angop.ao/noticias/politica/embaixador-solicita-tratamento-equilibrado-aos-brasileiros-da-iurd-angola/>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- BATSÏKAMA, Patrício. Leitura antropológica sobre a Angolanidade. **Sankofa**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 51–70, 2013. <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2013.88908>.
- CAPOCO, Zeferino. Do nacionalismo à construção do Estado: Angola 1961–1991, uma síntese analítica. Europa das nacionalidades: imaginários, identidades e metamorfoses políticas. **Grácio Editor**, Coimbra: 2014. Disponível em: <https://europe-nations.estudosculturais.com/pdf/0089.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- COLETTA, Ricardo Della. Bancada evangélica vai ao Itamaraty cobrar apoio à Universal após deportação de pastores de Angola. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17. maio. 2021. Mundo Folha. Disponível em: [Bancada evangélica vai ao Itamaraty cobrar apoio à Universal após deportação de pastores de Angola - 17/05/2021 - Mundo - Folha \(uol.com.br\)](https://www.folha.com.br/17/05/2021/17-05-2021-mundo-folha-bancada-evangelica-ao-itamaraty-cobrar-apoio-a-universal-apos-deportacao-de-pastores-de-angola/). Acesso em: 23 jun. 2024.
- DESIDERI, Leonardo. Crise da Igreja Universal em Angola: governo brasileiro tenta mediar solução. **Gazeta do povo**, Brasília, 22, jul. 2021. Vida e cidadania. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/crise-da-igreja-universal-em-angolagoverno-brasileiro-tenta-medar-solucao/>. Acesso em: 06/out. 2023.

FERGUSON, James. **Global shadows: Africa in the neoliberal world order**. Duke: University Press, 2006.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IURD EM ANGOLA. ABC realiza campanha tenda da saúde “STOP SIDAOnline, 06 set. 2009. Notícias. Disponível em: <https://iurdangola.wordpress.com/2009/09/06/abc-realiza-campanha-tenda-da-saude-%e2%80%9cstop-sida%E2%80%9d/> . Acesso em: 12 jun. 2025.

GAIO, G. F. F. Angolanidade e angolanização: interfaces da governança no pós-guerra civil em Angola. **ODEERE**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 266-290, 2016. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1544>. Acesso em: 16 ago. 2024. DOI: 10.22481/odeere.v0i1.1544.

JORNAL DE ANGOLA “Denúncia feita contra a IURD deve ser averiguada pela PGR”. Luanda, 13 set. 2018c. Notícias. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=413021>. Acesso em: 11 jun. 2024.

JORNAL DE ANGOLA. Igreja Universal em Angola rompe com bispo Macedo. Luanda, 29 nov. 2019a. Notícias. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=440374>. Acesso em: 09 jun. 2024.

JORNAL DE ANGOLA. Universal desmente pastores angolanos. Luanda, 30 nov. 2019b. Notícias. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=440453> . Acesso em: 12 jun. 2024.

JORNAL DE ANGOLA. Crise na IURD em Angola não afecta relação entre Estados. Luanda, 12 abr. 2021. Notícias. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/crise-na-iurd-em-angola-nao-afecta-relacao-entre-estados/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

LUSA. PR rejeitou receber parlamentares para discutir caso IURD. DW, Alemanha, 21 jul. 2021. Política. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-pr-rejeitou-receber-parlamentares-do-brasil-para-discutir-caso-iurd/a-58572736>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MACEDO, Edir Bezerra. **BLOG DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS. Bendita Camisinha**. 2009. Não paginado. Disponível em: <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/bendita-camisinha/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

MACEDO, Edir Bezerra. **BLOG DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS. Jesus fala sobre o aborto**. Não paginado. 2020. Disponível em: <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/jesus-fala-sobre-o-aborto/> Acesso em: 23 mar. 2023.

MAGENTA, Matheus Provas 'contundentes' apontam lavagem de dinheiro da Universal em Angola, dizem investigadores. **BBC News Brasil**, Londres, 07 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57381793>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MANUEL, João Baptista. **Dos cultos aos tribunais: o caso IURD em Angola 2019–2024, uma análise de como e porque o conflito religioso ganhou proporções jurídicas e internacionais**. 2025, Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) - sector de ciências humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (Pr) 2025. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/96001>. Acesso em, 15, 06, 2026.

Neri, Marcelo Côrtes. **Religião e economia**. Fundação Getulio Vargas-IBRE, Valor econômico, SP, pg A15, 2007.

MERLINO, Tatiana. Não podemos compactuar com atos de violação de direitos humanos e crimes financeiros”, diz bispo angolano sobre ruptura com Edir Macedo. **Agência pública**. online, 21 set. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/09/nao-podemoscompactuar-com-atos-de-violacao-de-direitos-humanos-e-crimes-financeiros-diz-bispoangolano-sobre-ruptura-com-edir-macedo/> . Acesso em: 06 out. 2023.

MERLINO, Tatiana. Não podemos compactuar com atos de violação de direitos humanos e crimes financeiros”, diz bispo angolano sobre ruptura com Edir Macedo. **Agência pública**. online, 21 set. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/09/nao-podemoscompactuar-com-atos-de-violacao-de-direitos-humanos-e-crimes-financeiros-diz-bispoangolano-sobre-ruptura-com-edir-macedo/> . Acesso em: 06 out. 2023.

NASCIMENTO, Gilberto. Reviravolta em Angola: Edir Macedo retoma controle da Universal no país. **Intercept_Brasil**. (S.l.), 3 maio. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/05/03/reviravolta-em-angola-edir-macedo-retoma-controle-da-universal-no-pais/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

NASCIMENTO, Gilberto. Edir Macedo atribui a dois ex-bispos brasileiros um “golpe” em Angola. **PÚBLICA**. (s.l.), 6 jul. 2020. Reportagem. Disponível em: <https://apublica.org/2020/07/edir-macedo-atribui-a-dois-ex-bispos-brasileiros-um-golpe-em-angola/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ORO, Ari Pedro, RODRIGUES, Donizete. Introdução. In Transnacionalização religiosa : religiões em movimento. ORO, Ari Pedro, RODRIGUES, Donizete (organizadores). Porto Alegre : 2014. p. 10-19
[recurso eletrônico]

SEABRIGHT, Paul. *The Divine Economy: How Religions Compete for Wealth, Power, and People*. Princeton & Oxford, 2024.

TPA. **A crise na IURD**. Na lente com Cabingano Manuel 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D13-YaeJ6yM> . Acesso em: 20 maio 2024.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. Editora Companhia das Letras, 2004.